

As alturas de crise costumam ser pretexto para se corrigir falhas, delinear novas estratégias e banir maus hábitos da estrutura das organizações.

A lógica é optimista, terá um tanto de ingénua, mas vários clubes/entidades já deram provas de não ser uma miragem. A resiliência, contudo, é uma virtude que não parece pautar a actuação das entidades que tutelam o basquetebol em cadeira de rodas nacional.

E o “fandango” está de volta. Para hoje, estão previstos os primeiros jogos do campeonato nacional 2011/2012, com a sua realização desde já em causa devido ao facto de os juizes se recusarem a apitar, por falta de pagamento dos prémios de jogo.

Por esta e outras razões, não se augura um campeonato digno de interesse e capaz de mobilizar a população em torno do BCR, como é desejo de todos os agentes desportivos. Não por falta de qualidade dos atletas que militam na nossa liga, entre os quais se destaca este ano, na APD Lisboa, o ex Mideba e referência máxima da modalidade em Portugal, Hugo Lourenço
.

O móbil da minha preocupação não precisa de muitas palavras para dar de caras com o entendimento dos leitores. Basta-nos dissecar a época 2010/2011 e estou certo que se pode atingir um patamar de compreensão razoável.

Vejamos, 2011 foi o ano dos imbróglios jurídicos: em campo, a APD Paredes conseguiu por mérito a manutenção no escalão principal do BCR português e, insolitamente, esteve à beira da despromoção, graças a uma interpretação de um regulamento dúbio e alguma falta de solidariedade institucional; seguiu-se um sorteio das meias-finais do play-off, no qual a APD Leiria contestou, legitimamente, o emparelhamento que daí resultou, mas de uma forma excessiva e incauta, faltando, sem aviso prévio, ao primeiro jogo da meia final, o que à luz dos

regulamentos da FPB ditava descida de divisão.

A Taça de Portugal também foi tema de controvérsia, pois, após a desistência da equipa CBQ Tubarões , a APD Paredes substituiu os algarvios na meia final da competição, ao abrigo de uma condição prevista nos regulamentos, sem que isso não gerasse algum frenesim.

O suspense, ao bom estilo de Hitchcock, foi outro dos condimentos da época 2010/2011, mas não pelos melhores motivos. Equipas e atletas exasperaram na incerteza de os seus jogos serem ou não apitados, devido ao atraso de pagamentos aos árbitros, situação que culminou no absurdo quando a própria final do campeonato passou a estar em causa e, infelizmente, está de novo na ordem do dia.

Detenha-se no desespero quem julga que os exemplos de má gestão, incompetência ou falta de rigor se ficam por aqui.

No capítulo desportivo, há a saudar a final entre a APD Sintra e a APD Braga, que foi à "negra" e teve público e bom basquetebol, o desabrochar da APD Paredes, e a excelente campanha de Alcoitão.

Àparte estes méritos, brotam as demonstrações de que se podia, e devia, ter feito muito mais. Num país em que a média de idades das equipas assusta, o projecto da selecção nacional júnior "morreu na praia", as políticas de captação ficaram na gaveta, a promoção do basquetebol em cadeira de rodas foi deficiente, e, por último - o "melhor" fica para o fim –, a selecção nacional sénior (que continua orfã de equipa técnica desde a saída de Inês Lopes) falhou a presença no Europeu da divisão C, na Lituânia, por falta de apoios financeiros e, atrevo-me a dizer, de dinamismo na procura de patrocínios.

No entanto, para que justiça seja feita, não se pode culpar em exclusivo a ANDDEMOT (Associação Nacional de Desporto para Deficientes Motores) pela debilidade competitiva e a fraca organização do basquetebol em cadeira de rodas nacional.

Os clubes não podem alienar as suas responsabilidade na divulgação da modalidade ou na angariação de jovens praticantes. E não chegam as demonstrações esporádicas nas escolas, a realização de eventos ao ar livre ou a organização de torneios, nem se pode persistir na crença tacanha de que o desporto adaptado é apenas uma ferramenta de reabilitação. É certo que desempenha esse papel, mas torna-se redutor para a própria pessoa com deficiência negar-lhe a possibilidade de ser um atleta profissional –ainda que em Portugal tal cenário lhe esteja vedado.

Assim, é imperativo haver um esforço sistemático, concertado e generalizado dos clubes, e atletas, para dar a conhecer o BCR à comunidade, atrair público aos pavilhões, integrar os jovens com deficiência na prática desportiva, e, deste modo, dar boas razões às empresas a estarem associadas à modalidade. E refiro os atletas neste processo, não por capricho linguístico, mas porque, estando o BCR num nível tão incipiente e amador em Portugal, um jogador não se pode dar ao luxo de ser somente jogador.

Volto, porém, a frisar, “a César o que é de César”. Os clubes e a ANDDEMOT têm de fazer muito mais.